

Plano

09 MAR 1990

Collor deixou dúvida sobre a desindexação

Ela desapareceu, em parte, com a firme disposição de combater a inflação

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — As dúvidas sobre a manutenção de um sistema generalizado de desindexação no programa de estabilização econômica que Fernando Collor anunciará logo depois de tomar posse não são novas. Em Washington, elas foram plantadas pelo próprio presidente eleito durante a visita que ele fez à cidade no final de janeiro. Em seu primeiro compromisso — um café da manhã com os representantes brasileiros nos organismos internacionais sediados na capital americana — Collor pediu ao professor Alexandre Kafka, o diretor do Brasil no Fundo Monetário Internacional, que falasse sobre a posição do FMI diante da crise brasileira.

Kafka, um checo naturalizado brasileiro, que representa o Brasil no Fundo desde o governo Costa e Silva, começou dizendo que o organismo considerava essencial a adoção de uma política de choque contra a inflação. Atento ao fato de que “choque”, no Brasil, costuma ser tomado simplistamente como sinônimo de congelamento de preços e salários, Kafka procurou esclarecer o que o Fundo entende por choque. Falou do ajuste fiscal e disse, a seguir, que o FMI considera a eliminação do sistema de indexação da economia indispensável ao êxito de qualquer programa antiinflacionário no Brasil.

A reação de Collor foi brusca. “Não aceitaremos ingerências”, explodiu ele, interrompendo Kafka. Segundo uma das pessoas presentes, não ficou claro se o presidente eleito reagiu ao conteúdo do que o representante brasileiro do Fundo disse ou à maneira como ele expôs a posição do organismo. O professor Kafka, que fala português com um forte sotaque, ocupa a cadeira do Brasil no Fundo há tanto

tempo que muitos políticos brasileiros não tem claro se ele representa o País no FMI ou vice-versa. O fato é que a reação de Collor suscitou a lembrança do estilo altivo do ex-ministro da Fazenda, Dílson Funaro, que travou uma demorada queda-de-braço com o FMI, e deixou no ar dúvidas sobre a intensidade e profundidade do plano antiinflação que estava então sendo preparado pela equipe de Zélia Cardoso de Mello.

Essas dúvidas dissiparam-se, em parte, com a firme disposição de combater a inflação que Collor demonstraria depois, em suas conversas em Washington e nas demais escalas de sua volta ao mundo. A promessa de aplicar um caratê na inflação e suas repetidas declarações sobre a necessidade de vencer o monstro em cem dias, usando de forma certeira a única bala que tem na cartucheira (“caso contrário, estou perdido”, disse ele),

Presidente deverá atirar na cabeça do monstro

deixaram seus interlocutores esperançosos. O agravamento da inflação, em fevereiro, reduziu ainda mais o espaço para flexibilidade de qualquer política de estabilização e aumentou a expectativa de que o presidente atirará na cabeça do monstro. “Ele está falando em reduzir a inflação para 10% ao mês em três meses. Não se consegue isso com uma política gradualista”, teoriza uma fonte do Departamento do Tesouro. As informações que chegam ao setor privado norte-americano são de que o plano econômico está praticamente pronto.

Os vazamentos de notícias sobre dispositivos de prefixação de ajustes de preços e salários, que ele conteria, reforçam a impressão de que o novo governo poderá lançar mão de receitas já tentadas no passado, sem êxito. Trata-se de um ceticismo natural, uma vez que a equipe econômica escalada por Collor é composta de pessoas pouco conhecidas.